



# Anais da Assembléia

N.º 33

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 44.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Del Ciel e Fabiano Braga Côrtes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Deni Schwartz, Jayme Rodrigues Carvalho, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 149/76, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL SANTO ANTÔNIO, sediada na cidade de Ubitatã. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI NÚMERO 149/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL SANTO ANTÔNIO, sediada em UBIRATÃ.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade religiosa, com personalidade jurídica, da cidade de Ubitatã, que tem por fim promover a edu-

cação da juventude através da assistência escolar. São inúmeros e relevantes os serviços prestados por essa benemérita instituição, não só à juventude escolar, como à própria sociedade, tornando-se por isso, credora da medida que ora se propõe.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

### PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 149/76.

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o Projeto de Lei 149/76, tem por finalidade, declarar de utilidade pública a Sociedade Cultural Santo Antônio.

Analizando-se a matéria e a documentação anexada temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública está revestida dos requisitos legais e essenciais para tal declaração.

Diante do exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(a) PAULO CAMARGO, Presidente; GILBERTO CARVALHO, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

**SEGUNDA DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 149/76.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 45.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Del Ciel e Fabiano Braga Côrtes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Deni Schwartz, Jayme Rodrigues Carvalho, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de

Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a transcrição na ata dos trabalhos da sessão de hoje, do artigo publicado no "Jornal do Brasil", sob o título "A CRISE DE 1984", na edição de 10 de abril corrente.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à direção do supra citado matutino.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências do mesmo, no sentido de que venha determinar a realização de obras de pavimentação asfáltica de baixo custo, interligando os municípios de PARANACITY a SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, SÃO JOÃO DO CAIUÁ e INAJÁ, na região norte do Estado do Paraná, ligando-os em consequência à Rodovia PR-464 (Nova Esperança-Porto Santo Inácio).

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1977.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Já é tradição firmada e reconhecida em nosso Estado, o elevado teor de desenvolvimento da Região Norte e em consequência, a sua importância dentro do consenso de participação e contribuição ativa para o grande impulso de crescimento apresentado pelo Paraná no seio de toda a Nação brasileira.

Meta prioritária do atual governo, a ativação do setor rodoviário, propiciando de tal medida a incrementação de implantação de rodovias de perfeito trânsito interligando as principais regiões do Estado, permitindo desta forma cada vez mais o grande curso de crescimento do Paraná.

Não constitui, com certeza, novidade a mais ninguém o fato de ser já o nosso Estado, considerado um dos principais produtores agrícolas do País, contribuindo sempre e cada vez mais, através de suas mais diversificadas fontes de produção, para que o Brasil possa caminhar celeremente, para o atingimento de seu justo e real desenvolvimento, através da nivelção tão almejada por todos nós, de nossa tão decantada balança de pagamentos.

É portanto, imprescindível, que seja possibilitada às regiões mais ricas e produtoras de bens de consumo, uma evasão mais fácil e racional dos bens por ela produzidos.

Em face do que até aqui expusemos, é que nos permitimos dirigir à pessoa do digno Secretário dos Transportes, para solicitar-lhe envide esforços no sentido da realização da obra rodoviária ora pretendida, pois, através da consecução da mesma, se estará contribuindo de forma irrefutável e indiscutível para o crescimento e desenvolvimento do nosso Estado, fim a meta almejada por todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Após a semana dedicada ao Cristo, após a Páscoa, tivemos

a satisfação de percorrer a região do Norte Pioneiro, propriamente dita, em que concerne a região de São Sebastião da Amoreira, Santo Antônio do Paraíso, Nova Fátima, Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal.

A euforia daquele povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ver a aplicação do dinheiro do povo por este Governo dinâmico, atual e trabalhador em benefício do próprio povo; quando vemos a pequenina cidade de São Sebastião da Amoreira destinada e fadada a estar bifurcada por estradas asfaltadas de São Gerônimo, em demanda à estrada do Cerne; quando vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e povo do Paraná, o Governo Jayme Canet construindo a nossa estrada de Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Nova Fátima, Santo Antônio do Paraíso e São Sebastião da Amoreira; quando vemos agigantado o nosso Norte Pioneiro, então, é uma euforia, uma dedicação e um reconhecimento daquele povo, que devem ser extravasados pelos representantes da região; quando vemos a estrada de Joaquim Távora, Carlópolis, ligando até Fartura no denominado Passos do Leite.

Uma estrada asfaltada que parece um "sonho de fadas", então, quando vemos a esperança estampada no rosto do povo humilde e dos homens de mão calosas de nosso interior e, principalmente, do nosso querido Norte Pioneiro, é euforia, Sr. Presidente, é euforia, Srs. Deputados, e esperança do nosso povo de ver aquele dinheiro aplicado em benefício do Norte Pioneiro.

Queremos, neste instante, traduzir o que disseram diversos líderes de nossa região, com a devida vênica para outras regiões, que o Governador Jayme Canet é o Governador do Norte Pioneiro, porque lá estamos vendo as estradas sendo rasgadas, as estradas feitas, muitas vezes, sem alarde. Muitas vezes, aprovada a sua construção pelo Departamento de Estradas de Rodagem por intermédio da Secretaria de Transportes, temos máquinas rasgando nosso "hinterland", temos máquinas, Sr. Presidente, temos máquinas, Srs. Deputados, a rasgar nossas estradas. Como diz o ditado, "até araruta tem seu dia de mingau". Chegou a vez do Norte Pioneiro com este Governador Jayme Canet Júnior e com a sua equipe de trabalho na Secretaria de Transportes e nas outras Secretarias.

E, é por isso, que nós, ao contato com os homens das mãos calosas, ao sentirmos que esses homens sofridos vão ter suas estradas para escoação, para o corredor de exportação que é o grande Porto de Paranaguá, dizemos muito obrigado ao povo do Paraná!

Muito obrigado a este grande Governador do Estado que é Jayme Canet Júnior!

E, muito obrigado a seu corpo auxiliar no que concerne à Secretaria de Transportes, liderada pelo grande Secretário Dr. Osiris Stenghel Guimarães. E dizemos muito obrigado a Deus, neste dia de Páscoa, por nos ter dado um Governo honesto, trabalhador e humilde e, acima de tudo, dinâmico que é o Governo Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados e, muito obrigado povo do Norte Pioneiro por ter reconhecido que Jayme Canet ficou intitulado o Governador do Norte Pioneiro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Encontrando-se ausente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): "Ocupamos hoje a tribuna desta Casa com o propósito de tecer comentários sobre uma das grandes riquezas do País, para o que destacamos que o nosso Estado é um dos maiores produtores de soja, aliás, o segundo no Brasil, sobre que tanto se fala, se escreve e se discute.

O nosso pronunciamento não tem o caráter de um protes-

to contra sistemas de comercialização, absolutamente não tem. É um comentário que julgamos oportuno, e é por isto que o expressamos desta tribuna.

As perspectivas de produção da soja brasileira estão na ordem de doze milhões e trezentas mil toneladas, assim distribuídas: Paraná, 5 milhões de toneladas; Rio Grande do Sul, 5 milhões e 580 mil toneladas; Mato Grosso, 400 mil toneladas; Santa Catarina, 470 mil toneladas; São Paulo, Goiás, Minas Gerais e outros Estados, 850 mil toneladas. No entanto, julgamos não errar ao afirmar que ela poderá cair num percentual elevado, pois, ocorrências de ordem climática já aconteceram também no ano anterior e o total da colheita situou-se aquém das perspectivas. Então, é inteiramente provável a repetição dessa ocorrência.

Todos sabemos que um verão inclemente, neste ano, as plantações de soja o que resultará, face ao longo período de estio, uma redução de vinte e cinco por cento ou mais no total da colheita paranaense. E a prova consiste no fato de que, em condições normais de clima, pode-se colher cem ou mais sacas por alqueire, em nosso Estado, no entanto, na produção deste ano, é de se presumir que iremos alcançar um quociente de setenta a oitenta sacas, apenas.

O consumo interno, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reclama um grande percentual da nossa capacidade de produção, mas não se tem dados oficiais sobre o real consumo interno, embora este aumente de ano para ano. Este aumento, entretanto, não afetará a produção industrializada, uma vez que a capacidade moageira é de nove milhões de toneladas. A média de moagem tem chegado a sete e meio milhões de toneladas. Deve-se levar em conta, ainda, que é imprescindível reservar estoques de quantidades, conforme a experiência determina. Teoricamente, Srs. Deputados, com a liberação de quatro e meio milhões de toneladas para exportação, e com a previsão de colheita de doze milhões e trezentas mil toneladas, restariam sete milhões e oitocentas mil toneladas para a nossa indústria moageira.

É do conhecimento de todos nós que as necessidades mundiais são cada vez mais acentuadas, e que novos países ingressam no mercado comprador, de forma que tais mercados virão em busca de nosso produto. Para exemplificar, até os fins do mês de março próximo passado, já havíamos exportado quatrocentas mil toneladas pelo Paraná.

Evidentemente, a exportação de qualquer produto representa em relevante interesse do governo. A exportação gera divisas que tanto necessitamos, mas, paralelamente, se ela for excessiva, sem a devida precaução, isto é, sem que sejam destacadas quantidades necessárias ao consumo interno e reservas, a falta de matéria prima irá deflagrar uma alta de preços imprevisível no produto industrializado, em detrimento do consumidor brasileiro.

Como dissemos acima, é de elevada significação o acréscimo da exportação, porém, por outro lado, é preciso entrosar esta com as necessidades nacionais. Eis porque somos de opinião que, antes de serem liberadas novas quotas de exportação, espere-se a finalização da colheita.

O nosso pronunciamento, nestes termos, se baseia num fato que nos deixa apreensivos: é que já foram liberadas para exportação, quatro e meio milhões de toneladas. Nesta corrida desenfreada, nesta ânsia de exportar, estamos nos descuidando. É necessário que dito processo de comercialização seja refreado, até que os totais da colheita sejam anunciados.

Então, teremos um quadro perfeito e equilibrado, pelo qual os números revelarão o volume que pode ser liberado. Ao mesmo tempo devem ser estabelecidos sistemas no sentido de que a soja para o consumo interno seja submetida a controles de comercialização, de conformidade com as cotações da bolsa de valores, para que o nosso produtor comercialize a sua soja na ocasião que lhe convier e quando necessitar.

Não resta dúvida que os preços atuais em dólares são con-

vidativos, porém, com o controle que anunciamos acima, os senhores produtores estarão igualmente acobertados.

E, se exportarmos óleo e farelo de soja, obviamente obteremos mais divisas do que com a exportação de maior quantidade de matéria prima. Assim, teremos uma compensação, em divisas, altamente vantajosa.

Os países europeus estão ávidos para importar, constando até que, na Alemanha, 50 por cento de sua capacidade moageira fica paralisada anualmente, por falta de matéria prima.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reafirmamos os nossos conceitos sobre a proteção que precisamos oferecer ao agricultor, para que não se desvançam as suas esperanças e não se oblitere o seu entusiasmo, ele, que aplica valores vultosos na aquisição da terra, e que continua aplicando para torná-la arável e em condições de plantio, que adquire adubos para torná-la fértil, e que adquire máquinas de elevado custo para efetuar a colheita em tempo hábil.

Depois de tanto sacrifício, coroado por tantas esperanças, o fenômeno inevitável das ocorrências climáticas desfaz parcelas consideráveis de todo o seu trabalho e sacrifício. Por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o agricultor necessita de amparo constante, como uma compensação pela significativa parcela que executa em prol do desenvolvimento do País. E parece-nos, meus senhores, que o sistema de controle, distribuição e consequente comercialização da soja, nos termos que estamos enunciando, será um auxílio de alta significação aos agricultores que tanto merecem".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato). — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação, entre pasmada e estarecida, e com ela, nós que a integramos e aqui também, aguarda o desenrolar dos acontecimentos.

Efetivamente, o trauma que colhe a todos, é até mesmo de molde a impedir ou a inibir que atitudes outras, próprias do parlamentar, devessem com o mesmo elã e com o mesmo entusiasmo, vir a ser travadas aqui neste recinto e nas assembleias. Porque tudo diante do dolorido quadro que aí está, tudo é menor.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passa-me a preocupar e até de causar dúvida, se o "banho maria" em que as coisas estão, não teriam até alguns outros objetivos como, este mesmo: o de fazer com que a falta de entusiasmo, o desalento; o desânimo, na espera e no aguardo do que virá, nos tirasse dos objetivos normais e cotidianos das nossas obrigações, das nossas prerrogativas, do nosso trabalho. Entretanto e assim mesmo, assim sentindo e assim pensando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que venho hoje à tribuna, para tratar de questão, que diante do quadro, pode ser questão menos, mas que é de alta importância e de grande relevância para a vida do Paraná; tenho para mim que seja assim.

Venho tratar, senhores, a respeito da educação, do ensino, do magistério do Estado do Paraná.

Esta Casa, por longo período, durante tanto tempo, como porta-voz dos anseios, das aspirações populares, pediu, reivindicou, reclamou, protestou e exigiu e de todas as formas buscou até conseguir que o Poder Executivo para cá mandasse o projeto de lei a respeito do Estatuto do Magistério. Reformulou, melhorando ou aperfeiçoando, sempre buscando a elevação do ensino e da educação paranaense.

Veio o Estatuto. Custou a esta Casa até muito tempo, muito trabalho; foi necessário de permeio que uma Comissão Parlamentar de Inquérito; fosse instituída e trabalhasse para afinal, mesmo a "forceps", vir este projeto para cá. Aqui chegado, a Casa se debruçou sobre a matéria.

Deputados, os mais valorosos, os mais abnegados, a Casa

inteira, se atirou ao estudo da questão, porque todos e cada um têm, na origem da sua representação, sem dúvida, como ponto marcante e afirmativo, a educação e o ensino. E custou bom tempo e custou bom trabalho, e custou até mesmo sacrifício.

Esta Casa, recordam-se todos, viveu momentos épicos: até, quando este Plenário teve deferida a oportunidade de discutir e de deliberar sobre o Estatuto do Magistério do Paraná.

O que veio do Executivo, a nós se afigurava pouco perfeito, se afigurava até desvinculado até um tanto da realidade vivida do Estado, da realidade do ensino paranaense. Tentamos, e a Casa tentou, e aqui até mesmo a minha homenagem aos eminentes Deputados da ARENA que tentaram, e com as forças que tinham, buscar o aperfeiçoamento daquele projeto. Não se conseguiu muito; mas se conseguiu alguma coisa. Não se conseguiu atingir o mais que se poderia mas se logrou atingir o mais que se pode.

O Governador do Estado, mais tarde, vetou e em grande parte, todo o trabalho realizado pela Assembléia Legislativa e levou de permeio, inclusive, até mesmo algumas de suas iniciativas próprias. Tínhamos para nós, como legalmente, dentro do procedimento e da preocupação, encerrado o assunto do Estatuto do Magistério.

Mas eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos diante de um outro fato. E pela sua gravidade e pela sua importância, não nos parece justo e lícito calar, não nos parece também tão somente justo e lícito protestar; é preciso que algo mais se faça.

No dia 3 de janeiro de 1977, o Governo do Estado, fez publicar em Diário Oficial o Estatuto do Magistério do Ensino do Primeiro e do Segundo Graus do Estado do Paraná, transformado em lei, a partir daquela data, a lei complementar número 7; desde então, a gerar e a produzir efeitos. Entretanto, todos sabemos e todos acompanhamos e todos estamos conscientes e sentem isso, que até ser aprovada, que a lei elaborada só será exequível, só terá possibilidade de implantação, só poderá beneficiar a educação, o ensino, se os atos complementares, requeridos pela própria lei, fossem utilizados.

Sem a existência desses atos, sem a sua regulamentação, sem a tabela de vencimentos, sem o número de cargos, sem uma série de outras atitudes, a lei é capenga, a lei é inexecutável, naquilo que pode oferecer de melhor e mais palpável no sentido de produzir, de proporcionar o desenvolvimento do Ensino.

Sem que isto aconteça, parece que o Estatuto do Magistério passou, desde aquela data, a gerar efeitos; parece que o Estatuto do Magistério apenas conserva a parte das penalidades, a parte dos deveres, a parte do tacho, a parte do grilhão. Porque, no mais, para que a lei possa se desenvolver, possa se aplicar, terá ela a necessidade de receber os seus atos complementares.

Em data de ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esgotou-se o prazo concedido ao Poder Executivo para que editasse os atos complementares ao Estatuto do Magistério. Prazo que ninguém impôs, prazo que, por iniciativa própria, o Governo se impôs, no projeto que para cá mandou, e mesmo havendo sido reduzido, na decisão da Casa, o Governo o acatou, o validou pela sua sanção que recebeu.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que a responsabilidade de uma administração, haveria de, paralelamente ao esforço de se elaborar um projeto, sabendo-o necessitado de regulamentação, sabendo-o necessitado de complementação, a responsabilidade de uma administração levaria, essa administração, à, paralelamente à elaboração desse projeto, elaborar também sua regulamentação, sua complementação.

Acreditava, e acreditávamos todos, que não seriam decorridos os 90 dias e já o Paraná haveria de conhecer os atos complementares de que fala a lei, e o Estatuto teria a sua implantação.

E agora a dúvida: o que pretende o Governo do Estado, implantar o Estatuto ou não implantá-lo?

O que pretende o Governo do Estado, postergar, sem razões explicáveis, ou justificáveis, postergar a publicação desses atos? Mas, com que finalidade?

Há de se admitir que, se até o momento não foi possível a elaboração desses atos, será admitir a falta de qualificação, a falta de preparo, a falta de responsabilidade de uma administração.

Prefiro não crer assim.

Prefiro crer na Secretaria de Educação.

Prefiro crer que, em outros órgãos de escalão do Governo, haverá de se encontrar pessoas, técnicos, gente qualificada que tenha trabalhado com isso, que tenha proposto isso, que tenha elaborado isso. E a questão deve estar esbarrando no alto escalão, no primeiro escalão.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, decorrido o prazo, sem que uma satisfação tenha sido dada, — e nem satisfação caberia, porque a lei é explícita, que se cumpra dentro desse prazo, o que ela propõe — parece-me que cabe a esta Casa, que tanto trabalhou na matéria que cabe a esta Casa como representação da voz popular, os anseios do professorado, os anseios daqueles que estão a aguardar o ensino e a educação. Parece-me que a esta Casa até mesmo pela sua natureza, cabe o dever e a responsabilidade de manipular o instrumental que possui, para conhecer do Poder Executivo as razões que determinaram...

○ Sr. Basílio Zanusso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Enéas Faria, V. Exa. que vem acompanhando a tramitação nesta Casa do Estatuto do Magistério desde o início do recebimento deste documento tão importante para o Paraná, lembra bem que hoje expira o prazo para a regulamentação do Estatuto do Magistério.

V. Exa. confessa que acredita mesmo que na Secretaria de Educação hajam funcionários responsáveis e conhecedores do assunto empenhados no cumprimento deste prazo por determinação de S. Exa. o Governador do Estado e do Secretário de Educação. Realmente, funcionários, juntamente com o Sr. Secretário de Educação e Cultura estão elaborando, já há dias, um trabalho incessante para que o prazo haja cumprido.

Aqui estou falando não na condição de vice-líder, mas pela importância da matéria, e até entendo que deveria falar sobre ela o líder da nossa bancada, acerca de prazos e datas, já que não tenho a incumbência e nem conhecimento bastante sobre estes assuntos para falar sobre eles, mas creio eu que por ter estado na Secretaria de Educação é que digo a V. Exa. que este prazo será cumprido pelo Governo do Estado e, muito especialmente, pela Secretaria de Educação e Cultura.

E hoje serão concluídos os trabalhos de regulamentação deste documento tão importante para todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Basílio Zanusso, credito a

V. Exa. a melhor boa fé possível. Conheço-o e temos trabalhado juntos. V. Exa. tem inclusive pessoalmente, muito mérito e muito de positivo no seu saldo de trabalho em relação ao Estatuto do Magistério. O que é lamentável é que quando se esperava que estivesse tudo justo e acertado, que se conhecesse sobre o que se trabalhava, sobre o que se propunha, só agora, segundo o testemunho de V. Exa., que não quero negar, e que até acato, só agora, quando o prazo já se esgotou, e ontem esgotou o prazo, só agora, eminente Deputado, no dizer de V. Exa., só agora estivesse na Secretaria de Educação...

○ Sr. Basílio Zanusso — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA — ... só estivesse agora, e só agora, com o prazo esgotado, e já, quem sabe, esperando o protesto de alguém; e até mesmo da Oposição, os joelhos estejam cansados de sustar os papéis onde se elabora alguma coisa para o ensi-

no do Paraná:

Este Governo com a atitude que adota, adota publicamente seu desamor ao ensino, seu desamor à educação, seu desamor ao professorado, seu desamor ao próprio Paraná, porque é fundamental e básico o ensino e a educação. Tem o aparte, Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso — Se V. Exa., me permite, com relação ao desamor ao Paraná, não concordo com V. Exa.. V. Exa. somente poderá dizer isso após conhecer os valores dos níveis. O que se dará aos níveis. Quanto haverá de ganhar?

Quais são os vencimentos dos professores ou professor, conhecendo-se a sua habilitação profissional?

V. Exa. se antecipa; é um julgamento que, até, talvez, V. Exa. poderá ter, de minha parte, concordância, após conhecermos os valores, e, nós não conhecemos; e que haveremos de conhecê-los, creio eu, a partir de amanhã.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimo Deputado Basílio Zanusso...

Sr. Basílio Zanusso — V. Exa., simplesmente, se antecipa. Aliás

V. Exa. exerce bem o papel de Deputado Opositorista e o faz com inteligência peculiar e que bem conhecemos.

Apenas, reafirmando, no que concerne a esse desamor, principalmente tendo em vista os vencimentos, e acredito que V. Exa. faça alusão principalmente a isto, V. Exa. está se antecipando porque não conhece os valores ainda.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Basílio Zanusso, tenho para mim...

O Sr. Dácio Leonel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Enéas Faria, fiquei apenas em dúvida, quando se falou em prazo vencido, em prazo esgotado. O que fala o próprio Estatuto, é no prazo de 90 dias e, eu entendo que os 90 dias serão completados no dia de hoje, somando os meses de janeiro, fevereiro, março e abril: 18 dias de janeiro, 28 de fevereiro, 31 de março e os 13 dias do mês de abril. A menos que pretendêssemos contar o primeiro e último dia é que teríamos vencido ontem.

Em caso contrário, parece-me que é na data de hoje que completa 90 dias da data da publicação do Estatuto do Magistério.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimos Deputados da Aliança

Renovadora Nacional, darei a mão à palmatória, Deputado Basílio Zanusso e, com humildade voltarei a esta tribuna, para reconhecer que o Governo acertou; para aplaudir o Governo se acertar. Acho muito difícil; creio, não tive oportunidade ainda, durante todo esse tempo que aqui estou, de proceder assim. Farei, agora, se isto ocorrer. Ocorre que tenho para mim como esgotado o assunto do bom ou do mal do Estatuto do Magistério. Tivemos tempo suficiente para debater e para deliberar; de colocar os pratos na balança, as nossas intenções e as nossas apreensões, o que poderia ser bom e o que poderia ser ruim. Hoje, se concentra isso, na vontade única e soberana do Chefe do Poder Executivo. Faça o que quiser, cabe a ele e, tão somente a ele, esta decisão.

Deputado Dácio Leonel, não pretendo entrar em debate com V. Exa. a respeito do problema de prazo. V. Exa. tem como prazo não esgotado. Tenho eu, como prazo esgotado. Ficarmos, quem sabe, a manipular os números e usar matemática tentando nos convencer mutuamente. Tenho para mim, volto a repetir, clara e inofensivamente, como esgotada a etapa que se deu ao Poder Executivo para proceder a edição desses atos complementares. A lei é clara, a lei é explícita, ela assim taxativamente determina e, exatamente por isso, para que as dúvidas sejam dirimidas mas, principalmente, para que a educação seja respeitada, para que seja respeitada a lei, para que esta Casa não seja enxovalhada, para que este Poder seja respeitado, para que se deposite respeito ao próprio Paraná, é que trago à Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Proposição que irei ler: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem requerer, na forma do artigo 130 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e com fundamento nos artigos 867 e seguintes do Código de Processo Civil, o encaminhamento de INDICAÇÃO nos termos a seguir deduzidos, à douta Comissão de Constituição e Justiça, e, em seguida, a sua tramitação regimental.

#### OS FATOS

O Exmo. Sr. Governador do Estado encaminhou a este Poder Legislativo em 03 de dezembro de 1975, projeto de lei complementar, dispondo “sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus”.

A matéria recebeu tramitação normal para, afinal, dentro dos prazos legais, ser aprovada por esta Assembléia Legislativa.

Todavia, fundamentando-se em dispositivo constitucional, o Sr. Governador do Estado entendeu de apor veto parcial ao texto aqui aprovado.

O veto foi comunicado à Casa, atendendo dispositivo da Constituição Estadual, inclusive quanto a prazo, em data de 22 de dezembro de 1976, e aqui recebido às 17,00 horas do referido dia.

Cumprindo outra regra constitucional, o Exmo. Sr. Governador fez publicar o veto, porquanto, para a matéria, encontrasse, então, em recesso, a Assembléia Legislativa. Deu-se a publicação em data de 24 de dezembro de 1976.

O Poder Legislativo, por seu lado, e atendendo também a exigência de prazo para a apreciação de vetos, deliberou sobre a negativa da sanção governamental em tempo hábil.

Ocorre que se deu, entre a comunicação do veto e a sua apreciação pela Assembléia Legislativa, uma nova e necessária atitude do Poder Executivo: fez publicar no Diário Oficial do Estado, de número 218, de 13 de janeiro de 1977, como Lei Complementar número 07, o “Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus”.

Ora, independentemente, das partes vetadas que haveriam ainda de cumprir o rito normal, o mais que do texto constava, aprova pelo Legislativo, sancionado pelo Governador, e devidamente publicado, tornou-se lei, a Lei Complementar número 07, passando desde então a produzir efeitos.

Todavia, para a plena execução da lei, vale dizer, para que, efetivamente, o Estatuto do Magistério possa ser implantado se fazia necessária a edição de atos que lhe complementassem. Evidentemente, é de entendimento claro e assentado que, sem os atos complementares (regulamentações, número de cargos, tabelas de vencimentos etc.) à lei não seriam conferidas as condições de aperfeiçoamento e os imprescindíveis instrumentos para torná-la integralmente exequível.

Entretanto, esse fato foi pressentido e prevenido no próprio corpo da Lei Complementar, deferindo-se ao Poder Executivo competência para adotar tais procedimentos.

Assim é que a Lei Complementar número 07, em seu artigo 125, vigorando desde 13 de janeiro deste ano, explicita: “O Poder Executivo expedirá, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação desta Lei, os atos complementares necessários à plena execução das disposições deste Estatuto”.

Diante do exposto, dois fatos avultam:

1 — A necessidade imperiosa, básica, fundamental, de se editar “atos complementares necessários à plena execução das disposições” do Estatuto do Magistério;

2 — Atendidos e cumpridos, com rigor, todos os demais prazos constitucional, legais e regimentais, se está deixando de cumprir o prazo imposto pela Lei Complementar número 07, exatamente no aspecto que o complementa, que a vivifica, que a torna implantável.

#### OS FUNDAMENTOS

I — O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do

Estado, em seu artigo 130, faz incluir no rol das proposições, a figura da INDICAÇÃO, como forma de se sugerir a manifestação da Casa a respeito de questão que lhe seja afeta.

“Art. 130: Indicação é a proposição de qualquer Deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”.

A elaboração legislativa é prerrogativa da Assembléia que a deve exercer e, no caso, embora por iniciativa do outro Poder, efetivamente a exerceu e em todos os seus termos.

A imposição de um prazo determinado para o cumprimento de certos dispositivos — necessários à plena execução — foi proposta do Sr. Governador do Estado que, vendo-o reduzido por esta Casa, o adotou e o entendeu válido pela sanção. Desconhecê-lo, agora, é furtar-se ao cumprimento da lei. Postegar-lhe o atendimento, é solapar a implantação da lei. É desrespeito à Lei, à Assembléia Legislativa, como, de resto, ao ensino e ao professorado.

Crê-se necessário, moralmente, legalmente, funcionalmente, que a Assembléia Legislativa mobilize o instrumental de que dispõe ou possa dispor, a fim de não ver descumpridas as leis e seus dispositivos.

II — O Código de Processo Civil, em seu artigo 867, entre outras, proporciona a possibilidade da INTERPELAÇÃO JUDICIAL a “todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou MANIFESTAR QUALQUER INTENÇÃO DE MODO FORMAL” que “poderá fazer por escrito o seu protesto, em petição dirigida ao juiz, e requerer que do mesmo se intime a quem de direito”.

#### O PEDIDO

Diante do exposto, o que se requer, com a presente INDICAÇÃO, é a audiência da douta Comissão de Constituição e Justiça, e, posterior deliberação da Casa, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — pessoa jurídica capaz para assim proceder e legítima interessada na questão — promova a INTERPELAÇÃO JUDICIAL do Poder Executivo, na pessoa de seu representante legal, o Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Jayme Canet Júnior, objetivando que:

a) Faça expedir os atos complementares ao Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus;

b) Exponha as razões pelas quais não deu cumprimento ao disposto no artigo 125, da Lei Complementar número 07.

Outrossim, requer ainda, se digne a Presidência da Casa de convocar, extraordinariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, devido a urgência que a necessidade impõe, para em prazo abreviado, oferecer a sua manifestação”.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1977”.

Esta, é uma das proposições, Sr. Presidente. Paralelamente, e entendendo como particular responsável pela questão, trago à Casa outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — (Fazendo soar a campainha).

A Mesa lamenta informar a V. Exa. que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais dois minutos para que termine sua oração.

O SR. ENÉAS FARIA — Concluirei, Sr. Presidente, com a leitura do requerimento.

“Senhor Presidente.

O Exmo. Sr. Governador do Estado encaminhou a este Poder Legislativo, em 03 de dezembro de 1975, projeto de lei complementar, dispondo “sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus.”

A matéria recebeu tramitação normal para, afinal, dentro dos prazos legais ser aprovada por esta Assembléia Legislativa.

Todavia, fundamentando-se em dispositivo constitucional, o Sr. Governador do Estado entendeu de apor veto parcial ao

texto aqui aprovado.

O veto foi comunicado à Casa, atendendo dispositivo da Constituição Estadual, inclusive quanto a prazo, em data de 22 de dezembro de 1976, e aqui recebido no mesmo dia.

Cumprindo outra regra constitucional, o Exmo. Sr. Governador fez publicar o veto, porquanto, para a matéria, encontrava-se a Assembléia Legislativa, em recesso. Deu-se a publicação em data de 24 de dezembro de 1976.

O Poder Legislativo, por seu lado, e atendendo também exigência de prazo para a apreciação de vetos, deliberou sobre a negativa da sanção governamental, em tempo hábil.

Ocorre que se deu, entre a comunicação do veto e a sua apreciação pela Assembléia Legislativa, uma nova e necessária atitude do Poder Executivo: fez publicar no Diário Oficial do Estado, de número 218, de 13 de janeiro de 1977, como Lei Complementar número 07, o “Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus”.

Ora, independentemente das partes vetadas, que haveriam ainda de cumprir o rito normal, o mais que do texto constava aprovado pelo Legislativo, sancionado pelo Governador e devidamente publicado, tornou-se lei, a Lei Complementar número 07, passando desde então a produzir efeitos.

Todavia, para a plena execução da lei, vale dizer, para que, efetivamente, o Estatuto do Magistério possa ser implantado, se fazia necessária a edição de atos que lhe complementassem. Evidentemente, é de entendimento claro e assentado que, sem os atos complementares (regulamentações, número de cargos, tabela de vencimentos etc.) à lei não seriam conferidas as condições de aperfeiçoamento e os imprescindíveis instrumentos para torná-la integralmente exequível.

Esse fato foi pressentido e prevenido no próprio corpo da lei complementar, deferindo-se ao Poder Executivo competência para adotar tais procedimentos.

Assim é que a Lei Complementar número 07, em seu artigo 125, vigorando desde 13 de janeiro deste ano, explicita: “O Poder Executivo expedirá, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação desta lei, os atos necessários à plena execução das disposições deste Estatuto”.

Diante do exposto, dois fatos avultam:

1 — A necessidade imperiosa, básica, fundamental de se editar “atos complementares necessários à plena execução das disposições” do Estatuto do Magistério. Necessidade invocada pelo Poder Executivo, já na iniciativa da lei, reafirmada pelos técnicos e assessores da Secretaria da Educação e da Cultura, e confirmada pela Assembléia Legislativa.

2 — Atendidos e cumpridos, com rigor, todos os demais prazos constitucionais, legais e regimentais, se está deixando de cumprir o prazo imposto pela Lei Complementar número 07, exatamente no aspecto que a complementa, que a vivifica, que a torna implantável.

O Estatuto do Magistério é matéria longamente elaborada, manipulado seu anteprojeto desde há muito e antes mesmo da iniciativa governamental. Decorrentemente, tem-se que os responsáveis pelo assunto na área do Poder Executivo, previdentes e precavidos, a par do projeto já mantivesse elaborada a sua regulamentações e os demais atos complementares.

Todavia, não se tem notícia — apesar da imposição legal — dos “atos complementares”, mesmo já decorridos os noventa dias, posteriores à publicação da lei.

Depreende-se que, enquanto não editados os atos complementares não haverá uma integral implantação do Estatuto do Magistério, com sérios e profundos prejuízos para a educação, frustrando-se, dessa forma, a expectativa e a esperança de todos quantos estejam vinculados com o setor.

Cabe, assim, à Secretaria da Educação e da Cultura também, e principalmente, pronunciar-se com relação ao não cumprimento do prazo legal, as razões que assim determinaram, bem como informar sobre as providências já adotadas e as



que venham a ser.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e com fundamento no artigo 20 da Constituição Estadual, e no artigo 92 do Regimento Interno, requer a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, a fim de:

1 — Esclarecer as razões do não cumprimento do disposto no artigo 125, da Lei Complementar número 07;

2 — Expor as razões determinantes da postergação dos atos complementares ao Estatuto do Magistério;

3 — Informar o que se fez, o que se faz e o que se pretende com relação ao assunto.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1977".

São as duas proposições, Sr. Presidente, que endereço. O requerimento, à consideração da Casa; a indicação, para que sofra a sua tramitação normal.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa consulta ao líder da ARENA, se deseja fazer uso dos 15 minutos que lhe são reservados. — (Pausa).

Concedo a palavra ao líder do Movimento Democrático Brasileiro, no horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, falará no horário o Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O povo brasileiro aguarda com expectativa o desenlace da atual conjuntura que, acima de tudo, é conjectural. De certa forma, o povo entendeu que o AI-5 desvendou o mistério da Santíssima Trindade, oferecendo os Três Poderes a uma só pessoa.

E, dentro desta linha de raciocínio, imaginamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que se persistir o estado atual, a crítica ficcionista que se faria em nosso País, em 1984, poderia ser mais ou menos isto: (Lê):

"Brasília, 9 de maio de 1984.

O Governo brasileiro depois de dois meses de tensão provocadas por uma proclamação ao povo assinada pelo presidente da Oposição, o Vereador carismático José Bonifácio Portella Falcão, dissolveu o Congresso e os Partidos. Espera-se para as próximas horas a edição de um Ato Institucional pelo qual serão feitas reformas políticas.

A Oposição, como se sabe, conseguiu grandes vitórias na eleição de novembro de 1982, quando, de acordo com as reformas de 1977, vincularam-se quase todos os votos e permitiu-se que, numa só cédula o cidadão elege-se vereadores, prefeitos, deputados e senadores, do mesmo partido. Depois da vitória conseguida em 1982, o Partido da Oposição, que poderá eleger o Presidente em novembro deste ano, passou a defender a mudança das regras do jogo para que, de acordo com seu programa, cada eleição seja uma eleição e que todos os cargos tenham de ser preenchidos por pleito direto.

Essa oposição foi entendida pelo presidente do Partido do Governo, a Nova ARENA, Sr. J.P. dos Reis Velloso, como "uma manobra destinada a tirar a estabilidade social do regime e a permitir o contra-senso segundo o qual o Partido de Oposição torna-se Partido do Governo, criando mais grave e absurdo, de transformar o Partido do Governo em Partido da Oposição".

"O Presidente da Nova Arena atribuiu o resultado das eleições de 1982 a "fenômenos sazonais decorrentes da crise do plutônio no campo internacional e das dificuldades na safra hortigranjeira", que levaram o preço do feijão a Cr\$ 7 mil e 200, enquanto o quilo da carne, submetida a um severo tabelamento, custa Cr\$ 52, mas só é encontrada sob a forma de bifês de soja, a Cr\$ 1 mil e 400".

"Uma alta fonte da Nova Arena, que preferiu não ser citada (pois há 5 anos os partidos resolveram que a imprensa só deve citar seus Presidentes, atribuindo todas as outras decla-

rações a "altas fontes") afirmou categoricamente que a crise atual decorre em parte da falta de unidade do Partido, para levar à prática as reformas liberais de 77", que, se cumpridas com espírito público, levariam a um regime estável".

O Presidente, que no início da semana estava na Amazônia, inaugurando o conjunto universitário de 12 faculdades para 17 mil alunos, às margens da Rodovia Getúlio Vargas, que atravessa a floresta, está reunido com seus principais assessores no Palácio do Governo do Norte, ao Sul de Belém. Segundo noticiário estatal da televisão, que ocupa a programação das 19 às 24 horas, é certo que seja decretado o recesso parcial, por 5 anos, do sistema político. Uma cláusula do decreto permitirá o funcionamento de organizações de apoio ao governo. O Presidente da Oposição, José Bonifácio Portella Falcão, ameaça fazer a vigésima greve de fome, viajando pelo país, em companhia do Conselho dos 12, colegiado que esse líder carismático criou, composto sempre de 12 pessoas escolhidas no meio da rua para assessorá-lo. Atualmente compõem o Conselho dos 12, um ex-embaixador em Londres, 4 funcionários de empresas estatais, uma senhora que estava a caminho de uma agência de caderneta de poupança, e seis desconhecidos.

Portella Falcão, que na realidade se chama Geraldo Miranda, é um paulista que em 1979 foi a um Cartório e trocou seu nome, com o argumento de que "se os opositores não podem ir para o poder, eu vou adotar nomes da situação". E com isto compôs uma mistura nominal governista. É considerado nos meios financeiros paulistas, que apoiaram o seu partido nas últimas eleições, como "irresponsável". Foi dele a idéia de dissolver o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB criando, no dia seguinte, o Partido da Oposição. Entre a dissolução de um e a criação de outro, graças ao carisma que dispõe, expulsou do Partido o Sr. Ulisses Guimarães, o Prefeito de Bebedouro, e Thales Ramalho, Senador por Pernambuco. Outro destacado dirigente do extinto MDB, o Sr. Paulo Brosard, foi retirado da direção do Partido da Oposição, ficando-lhe confiada a tarefa de, dentro de 10 anos, entregar à Executiva Nacional uma nova legislação graças à qual se poderá impor à Nação o seu estado de direito. Portella Falcão, depois de entendimentos com o Governo, proibiu que até lá o Sr. Brosard faça qualquer discurso.

Não se conhecem ainda as reformas políticas do Governo. De qualquer forma, é provável que a Nova Arena seja obrigada, por dispositivo constitucional, sob pena de prisão domiciliar para seus dirigentes, a dar apoio aos seus militantes que disponham de poder eleitoral. Essa decisão representa uma reviravolta em relação à política de expurgo de 1982, quando uma facção do Partido, liderada pelo Governador da fusão de Mato Grosso (dividido em 78 e fundido em 80), Almirante Faria Lima, conseguiu a expulsão dos políticos que haviam obtido estrondosas votações.

Esse expurgo de 82 baseou-se na pureza ideológica da Revolução e segundo o presidente da Nova Arena que tomou o Poder depois de um período de vacância do cargo de seis meses — ninguém o queria — "é preferível perder um pleito dizendo a verdade do que ganhá-lo abrindo mão dos princípios programáticos do Partido". Essa posição é contestada pelo ex-Senador Teotônio Vilela, eleito Governador de São Paulo, sem ter sido inscrito na chapa, sob o argumento de que a "Arena não tem programa, pois na verdade o projeto preparado pelos embaixadores do Brasil em Moscou, Washington e Viena, convocados para essa tarefa, ainda não foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, como determina a Lei de Ordenação política de 1981".

Outra reforma inevitável parece ser a que restabelecerá a "verdade fisionômica". Desde a entrada em vigor da lei Falcão para todas as transmissões de televisão onde apareçam opositores, políticos contrários ao Governo, começaram a andar com perucas de Lordes. Pretendiam, com isso, adquirir mais

dignidade. Agora, ficarão proibidos de usar perucas de qualquer tipo.

No Rio de Janeiro, inaugurava-se um grande condomínio fechado, protegido por muralhas de 12 metros de altura e esteiras, chamado Solares da Barra da Lagoa Santa e Bela. Localiza-se no descampado onde foi feito o Parque de Lazer Marcos Tamoyo, também conhecido, há tempos, como Lagoa Rodrigo de Freitas. Os compradores de imóveis nesse Solar pagarão Cr\$ 3 milhões por apartamento de 17 quartos, cinco salas e 22 banheiros, numa área útil total de 19 metros quadrados, com varandas de alumínio. O acesso a esses apartamentos é feito através do Programa de Saques Operários do Banco do Progresso Habitacional, que sucedeu ao Banco Nacional de Habitação, fechado quando foi decretado o fim do "déficit" imobiliário no País, providência tomada na mesma ocasião em que o MBRAL foi bsovido pelo programa de satélites domésticos.

Nos meios financeiros as novas reformas também não geraram qualquer intranquilidade. Notícias vindas de Paris, onde o ex-Embaixador Delfim Netto leciona Economia, às terças e quintas, indo para Nanterre, onde é Reitor às sextas, permitem supor que desta vez poderão ser tomadas medidas de controle efetivo das importações privadas. As importações públicas, como se sabe, deixaram de ser problema quando, através do Cálculo Integrado de Comércio Internacional, a CACEX debita à Bolívia as compras feitas pela PETROBRÁS. Três grupos financeiros que estavam negociando com o Banco Central déficits que somam a um trilhão de cruzeiros, deverão ser entregues, com o déficit ao Partido da Oposição, pois os netos dos empresários que geraram os buracos atribuem aos pronunciamentos do Sr. Portela Falcão a crise de credibilidade que afetou as instituições. Os três netos dos déficits divulgaram nota oficial conjunta em Cannes, onde vivem.

No Paraná, o Sr. Ney Braga, Governador Vitalício do Estado desde 1980, quando através de plebiscito, a Velha Arena conseguiu obter do eleitorado do Estado a declaração unânime de que, entre seus 40 milhões de habitantes, não há um só que esteja disposto a disputar o cargo, revelou que apresentará sugestões às reformas. Sabe-se que a mais importante delas será a Reformoteca, ou Banco de Reformas. Graças a ela se torna possível editar um compêndio no qual estejam consolidadas todas as idéias de reformas de um determinado período. Acredita-se que a publicação será semanal. Essa fórmula foi saudada pelos grandes jornais privatistas, que condenaram duramente a tese do Deputado José Papa Júnior, que pretendia distribuir a Constituição como anexo das Listas Telefônicas. A empresa editora das listas protestou, pois corria o risco de ter de mudar a periodicidade de sua publicação.

A repercussão internacional do processo deverá ser nula. Os Governos da Argentina, Uruguai e Paraguai, já divulgaram notas afirmando que a Junta Del Cone vê com prazer toda medida destinada a dar estabilidade à região. Essa nota, viu-se, é exatamente a mesma divulgada há três anos, quando a Junta saudou o novo regime chileno, onde está constituída uma República Popular Avançada, sob a Presidência do General Augusto Pinochet.

Não se conhece a reação americana ao recesso, pois os dois países estão com suas relações estremecidas e a defesa dos interesses dos Estados Unidos ficou, desde 1980, a cargo da FORD.

Pesquisadores americanos continuam estudando o regime brasileiro e um deles, Thomas Skidmore, chegou a ser convidado simultaneamente para a Executiva da Nova Arena e do Velho MDB. Recusou os cargos, indicando o seu colega Alfred Stepan, que também não pôde aceitar, pois, segundo afirmou, está fazendo serviço militar.

Naquele ano, porém, foi alterada a política de contratação de quadros do Governo, e a maioria dos intelectuais que defendiam aquela tese passaram a trabalhar na Equipe de Esforço de

Importação, um programa subsidiário da INTERBRÁS, que mantém 2 mil e 500 pessoas no Quartier Latin, onde a empresa construiu uma sede de 40 andares, Le Palais Baron de Mauá. Esse programa pretende entregar, no mesmo dia da encomenda feita ao Senador Paulo Brossard, um Modelo Econômico Brasileiro. Até a semana passada, as discussões de intelectuais no edifício da INTERBRÁS totalizaram 27 mortes e 45 casos de ferimento à ponta de compasso. Sabe-se que o Palais está dividido em 200 facções, cinco para cada andar. A confederação de centro controla os elevadores e a de direita a entrada principal. Com isso, a de esquerda tem de entrar pelos fundos e subir pelas escadas.

As principais críticas ao novo projeto de reformas vêm do dirigente oposicionista Glauber Rocha, que depois de filmar "Terra em Transe" num grande musical em Washington, com Jimmy Carter no papel de Paulo Autran, abandonou o cinema e dedica-se exclusivamente à política. Rocha, que se elegeu líder da Oposição no Rio Grande do Sul, apesar de ter perdido a Prefeitura de Feira de Santana para um guitarrista da sublegenda de seu Partido, é o principal adversário de Portela Falcão dentro da Oposição.

De certa forma a esquerda brasileira ainda não se recuperou do grande desastre de 1983, quando implodiu o emissário submarino de Ipanema, atirando sobre a areia branca, para a eternidade, seu conteúdo escuro. Fechada a praia pela ONU, a esquerda do Rio de Janeiro passou a vagar pelas ruas e aos poucos viu-se decomposta ideologicamente, pela perda do ponto de encontro.

Soma-se a isso o fato de o Governo ter estatizado — debaixo de severas críticas da imprensa — as duas principais fábricas de cerveja.

Num só ponto, porém, é provável que a intelectualidade corre fileiras contra as reformas. Como se sabe, o Governo pretende baixar o Projeto Galileu, que reformula a política de censura, determinando a tiragem mínima de 1 milhão de exemplares para cada jornal, de cem mil cópias para cada livro. Aquele que encalhar, deverá pagar pesadas multas ao Fundo de Desenvolvimento da Cultura. O Projeto Galileu recebeu o apoio do maior romancista vivo do País, Jorge Amado, capaz de vender mais de 100 mil exemplares de seus romanece da série "A Mulata Bebê vai com o Coronel Lelem para Belém".

Diplomatas estrangeiros, depois de uma reunião com o Presidente da Nova Arena, Sr. J.P. Reis Velloso, transmitiram na noite de hoje um comunicado oficial aos seus Governos que lhes permite a garantia de que a essência das instituições será mantida e "as mudanças a serem feitas, na superfície, desenharam um futuro melhor, na profundidade".

É a seguinte a íntegra da nota, divulgada originalmente em cores:

— O Partido do Governo, depois de ouvir o Partido da Oposição, e com a sua concordância em relação a alguns pontos considera que vem a ser necessário alterar alguns aspectos do comportamento dos Partidos de forma a garantir uma relação biunívoca entre os itens autorais de um pronunciamento eleitoral e os insumos ideológicos que esse mesmo pronunciamento carrega dentro de sua disposição orçamentária.

— Nesse contexto, de forma consistente com os pronunciamentos anteriores dos presidentes dos dois Partidos, serão iniciadas reuniões consultivas ao nível federal, não se deixando de ouvir as bases, ao longo das quais, em 48 horas, haverá de se definir um programa conjunto de ação que não ponha em risco as metas principais do Governo.

— Isso será feito com o Partido do Governo, da Oposição e só com eles. Ou, caso seja necessário, sem eles".

Sr. Presidente, requeiro, regimentalmente, a transcrição na ata dos trabalhos do dia de hoje deste artigo publicado no "Jornal do Brasil", sob o título — A CRISE DE 1984 — na edição de 10 de abril do corrente. Outrossim, aprovado o presente,



dê-se ciência da decisão da Casa à direção do supracitado matutino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência não leva em consideração o requerimento formulado ao final pelo Sr. Deputado Maurício Fruet, porquanto a sua leitura implicou, automaticamente, na sua transcrição.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, das seguintes personalidades:—

Sr. Francisco Antônio Muniz, DD. Prefeito Municipal de Santa Helena; Vereador Ivo Santin, DD. Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena; Vereador Arnaldo Wessmeiner, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena e do Sr. Argemiro de Oliveira, Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Diretório Municipal de Santa Helena; Dr. Moacyr Miqueleto, supervisor regional da ACARPA do Município de Toledo e Sr. Ferdinando Pernetta Neto, DD. Vereador do Município de Assis Chateaubriand.

A Presidência consulta a ARENA, através do seu Líder, se deseja ocupar o espaço dedicado à sua Liderança.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Encerrada a Hora...

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, eu retifico e o tempo destinado à Aliança Renovadora Nacional, será utilizado pelo Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, queremos agradecer à liderança do nosso Partido, a concessão do tempo que lhe era destinado.

Sr. Presidente, um dos maiores problemas com que nos defrontamos hoje, no interior do Paraná e mesmo na capital do Estado, é a demora com que a justiça atende as reclamações, principalmente de caráter trabalhista. E o Estado do Paraná, um Estado carente de justiça especializada, faz com que os trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais tenham o amparo da justiça comum para resolver os seus problemas. E são inúmeras e talvez até centenas as ações ajuizadas neste Paraná, por advogados classistas, com dez, doze e até dezessete anos, como uma que nós estamos cuidando desde 1963 e até hoje não tendo a solução por parte do juiz. Reclamações muitas vezes, que, quando o juiz do interior resolve marcar a audiência já não se localiza o trabalhador, porque ele se viu obrigado a mudar de emprego, a mudar de patrão, a mudar da cidade e às vezes até a mudar de Estado, fazendo com que aquela ação corra à revelia, e na maioria das vezes o trabalhador com direito líquido e certo acaba perdendo por não comparecimento.

Nessas condições, Sr. Presidente, nós estamos encaminhando um requerimento, se, aprovado, por esta Casa, para ser encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, Armando Falcão; ao Sr. General Golbery do Couto e Silva, Chefe de Gabinete da Casa Civil; ao Sr. Ministro Luiz Roberto Rezende Puech, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e também ao Sr. Juiz Euclides Nunes Guimarães, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da 9a. Região, com sede nesta Capital.

O requerimento tem o seguinte teor: (LÊ): "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes às S. Exas. Ministros LUIZ ROBERTO REZENDE PUECH, Presidente do Tribunal do Trabalho, Ministro da Justiça, ARMANDO FALCÃO, General GOLBERY DO COUTO E SILVA, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e Juiz ALCIDES NUNES GUIMARÃES, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região, com sede nesta Capital, solicitando a criação de JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO nos seguintes municípios

do Estado do Paraná: TELÊMACO BORBA, PARANAVAÍ, GUARAPUAVA, Umuarama, IPORÃ, APUCARANA, PORECATU, CURITIBA (mais três), FRANCISCO BELTRÃO, CASCAVEL, JACAREZINHO, MARINGÁ, CAMPO MOURÃO, LONDRINA (mais uma), FOZ DO IGUAÇU e CORNÉLIO PROCÓPIO. E ainda, EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO das JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de PARANAGUÁ, PONTA GROSSA e UNIÃO DA VITÓRIA.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta não é a primeira vez que ocupamos o Plenário para falar da necessidade urgente de criação de JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO no Estado do Paraná. De outra feita propugnávamos ferrenhamente também pela criação do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, com sede nesta Capital, que hoje se constitui numa realidade, na concretização de um sonho que o povo paranaense acalentou por tanto tempo. Contudo, o Tribunal, por si só, não é suficiente para sanar toda a dificuldade que existe nesse campo, sendo imperiosa a criação de mais JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.

O Estado do Paraná, hoje, conta com uma população estimada em oito milhões e quinhentos mil habitantes, vindo, em termos populacionais, logo após São Paulo e Minas Gerais, Estados estes cuja classe trabalhadora vem sendo amparada pela Justiça especializada. E, sem a Justiça específica, em lugar de um equilíbrio entre o Capital e o Trabalho, teremos um desequilíbrio social cada vez maior, indubitável fonte geradora de insatisfação. O Paraná é, ainda, um Estado, essencialmente agrícola. No campo vamos encontrar a grande massa trabalhadora. E o que é oferecido a esses homens para compensá-los das árduas lides do dia-a-dia? Infelizmente, muito pouco, ou quase nada. E, esses trabalhadores, mais que todos os outros, merecem a irrestrita proteção da Justiça do Trabalho. Infelizmente a dura realidade aí está: o homem que mais arduamente trabalha pelo enriquecimento de nossa Nação vive praticamente marginalizado, desconsiderado pelos que fazem de seu trabalho um meio de enriquecer mais e mais. Foi sentindo o duro problema que vem enfrentando a classe trabalhadora de nosso Estado que fizemos um levantamento de mais de dezoito JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO bem como a EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO das Juntas de Conciliação e Julgamento de PARANAGUÁ, PONTA GROSSA e UNIÃO DA VITÓRIA, que por ora serão suficientes na contribuição decisiva de uma maior harmonia social.

As JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO propostas para o Estado do Paraná deverão ter jurisdição nas Comarcas e municípios, conforme segue:

#### 1. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE TELÊMACO BORBA.

Comarcas  
Telêmaco Borba  
Wenceslau Braz

Municípios  
Ortigueira  
Santa Inês  
São José Boa Vista

Tibagi  
Reserva  
Curiuva  
Jaguariaíva  
Piraí do Sul  
Sengés  
Cândido de Abreu

Sapopema  
Arapoti

#### 5 comarcas 2. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PARANAVAÍ

5 municípios

COMARCAS	MUNICÍPIOS
Paranavaí .....	Amaporã
.....	Guairacá
.....	N. Aliança do Ivaí
.....	Tamboara
Loanda .....	Porto Rico
.....	Querência do Norte
.....	S. Cruz do Monte Castelo
.....	S. Pedro do Paraná
Nova Esperança .....	Atalaia
.....	Floraí
.....	Presidente Castelo Branco
.....	Uniflor
Alto Paraná .....	Santo Antônio do Caiuá
.....	São João do Caiuá
.....	Itamboara
Nova Londrina .....	Diamante do Norte
.....	Itaúna do Sul
.....	Miraselva
Paranacity .....	Cruzeiro do Sul
.....	Jardim Olinda
.....	Paranapoema
Paraíso do Norte .....	Mirador
.....	São Carlos do Ivaí
S. Isabel do Ivaí .....	Planaltina do Paraná
Terra Rica	

9 comarcas 24 Municípios

3. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GUARAPUAVA	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Guarapuava .....	Pinhão
Laranjeiras do Sul	
Pitanga .....	Palmital
Prudentópolis	

4 Comarcas 2 Municípios

4. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE UMUARAMA	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Umuarama .....	Alto Piquiri
.....	Icaraíma
.....	Maria Helena
Cruzeiro do Oeste .....	Tuneiras do Oeste
.....	Tapejara
Cianorte .....	Cidade Gaúcha
.....	Guaporema
.....	Indianópolis
.....	Japurá
.....	Jussara
.....	Nova Olímpia
.....	Rondon
.....	São Tomé
.....	Tapira

3 Comarcas 14 Municípios

5. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE IPORÃ	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Iporã	
Guaíra .....	Terra Rocha
Xambrê .....	Altônia
.....	Pérola

Comarcas 3 Municípios

6. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE APUCARANA	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Apucarana .....	Borrazópolis
.....	Cambira
Arapongas .....	Sabáudia
Ivaiporã .....	Jardim Alegre
.....	Manoel Ribas
.....	São João do Ivaí
Marilândia do Sul .....	Califórnia
.....	Rio Bom
Jandaíado Sul .....	Bom Sucesso
.....	Kaloré
.....	Marumbi
.....	São Pedro do Ivaí
Faxinal .....	Grandes Rios

6 Comarcas 13 Municípios

7. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PORECATU	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Porecatu .....	Centenário do Sul
.....	Florestópolis
.....	Lupionópolis
.....	Miraselva
Colorado .....	Itaguajé
.....	Nossa Senhora das Graças
.....	Santa Inês
.....	Santo Inácio
Rolândia	
Jaguapitã .....	Cafeára
.....	Guaraci

4 Comarcas 10 Municípios

### 8. 9 e 10 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA

(Mais Três)

COMARCAS	MUNICÍPIOS
Curitiba .....	Campina Grande
.....	Piraquara
.....	Quatro Barras
.....	Rio Branco do Sul
São José dos Pinhais .....	Agudos do Sul
.....	Mandirituba
.....	Tijucas do Sul
Lapa .....	Antônio Olinto
.....	Contenda
Campo Largo .....	Balsa Nova
Rio Negro .....	Campo do Tenente
.....	Piên
.....	Quitandinha
São Mateus do Sul	
Cerro Azul	
Bocaiúva do Sul .....	Adrianópolis
Araucária	
Colombo .....	Almirante Tamandaré

10 Comarcas 15 Municípios

11. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE FRANCISCO BELTRÃO	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Francisco Beltrão .....	Enéas Marques
.....	Marmeleiro
.....	Renascença
.....	Santa Izabel do Oeste

Pato Branco ..... Itapejara do Oeste  
 ..... Verê  
 ..... Vitorino  
 Santo Antônio Sudoeste ..... Ampere  
 Capanema ..... Capitão Leônidas Marques  
 ..... Pérola do Oeste  
 ..... Planalto  
 ..... Realeza  
 Chopinzinho ..... São Jorge do Oeste  
 ..... São João do Sudoeste  
 Clevelândia ..... Mariópolis  
 Barracão ..... Salgado Filho  
 Dois Vizinhos ..... Salto do Lontra  
 Coronel Vivida ..... Mangueirinha

9 Comarcas 18 Municípios

## 12. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CASCATEL

COMARCAS MUNICÍPIOS

CascateL ..... Corbélia  
 ..... Catanduvas  
 Toledo ..... Palotina  
 Formosa do Oeste ..... Nova Aurora  
 Marechal Cândido Rondon  
 Assis Chateaubriand  
 Guaraniçu ..... Quedas do Iguaçu

6 Comarcas 5 Municípios

## 13. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JACAREZINHO

COMARCAS MUNICÍPIOS

Jacarezinho ..... Barra do Jacaré  
 S. Antônio da Platina  
 Cambará  
 Ribeirão do Pinhal

..... Abatiá

..... Jundiá do Sul

Andará ..... Itambaracá

Congonhas ..... Santo Antônio do Paraíso

Ribeirão Claro

Siqueira Campos

..... Salto do Itararé

Tomazina ..... Jaboti

..... Pinhalão

Ibaiti ..... Japira

..... Conselheiro Mairink

Joaquim Távora ..... Guapirama

..... Quatiguá

Carlópolis

12 Comarcas 12 Municípios

## 14. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MARINGÁ

COMARCAS MUNICÍPIOS

Maringá ..... Doutor Camargo

..... Floresta

..... Floriano

..... Ivatuba

..... Paissandu

Astorga ..... Iguaçu

..... Flórida

..... Lobsto

..... Munhoz de Mello

..... Santa Fé

Mandaguacu ..... Ourizona

..... São Jorge do Ivaí  
 Marialva ..... Itambé  
 Mandaguari

5 Comarcas 13 Municípios

## 15. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAMPO MOURÃO

COMARCAS MUNICÍPIOS

Campo Mourão ..... Barbosa Ferraz

..... Boa Esperança

..... Iretama

..... Janiópolis

..... Roncador

..... Mamborê

Peabirú ..... Araruna

..... Terra Boa

Goioerê ..... Moreira Sales

..... Mariluz

Engenheiro Beltrão ..... Quinta do Sol

4 Comarcas 11 Municípios

## 16. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE LONDRINA

(mais uma)

COMARCAS MUNICÍPIOS

Londrina

Cambé

Bela Vista do Paraíso ..... Alvorada do Sul

Ibiporã

Primeiro de Maio

Sertanópolis

São Jerônimo da Serra

..... Santa Cecília do Pavão

7 Comarcas 2 Municípios

## 17. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE FOZ DO IGUAÇU

COMARCAS MUNICÍPIOS

Fóz do Iguaçu ..... São Miguel do Iguaçu

Medianeira ..... Santa Helena

Matelândia ..... Céu Azul

3 Comarcas 3 Municípios

## 18. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

COMARCAS MUNICÍPIOS

Cornélio Procópio ..... Sertaneja

..... Leopólis

Santa Mariana ..... Nova América da Colina

..... São Sebastião da Amoreira

Uraí ..... Jataizinho

..... Rancho Alegre

Nova Fátima

Bandeirantes ..... Santa Amélia

5 Comarcas 7 Municípios

E, propomos, ainda, a EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento:

## 1. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PARANAGUÁ

COMARCAS MUNICÍPIOS

Paranaguá ..... Guaraqueçaba

.....	Matinhos
Morretes	
Antonina	
Guaratuba	
4 Comarcas	2 Municípios
2. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE UNIÃO DA VITÓRIA	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
União da Vitória .....	Bituruna
.....	Cruz Machado
.....	General Carneiro
.....	Paula Freitas
.....	Porto Vitória
Palmas .....	Paulo Frontin
Rebouças .....	Rio Azul
3 Comarcas	7 Municípios
3. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PONTA GROSSA	
COMARCAS	MUNICÍPIOS
Ponta Grossa	
Irati .....	Inácio Martins
Palmeira .....	Porto Amazonas
Castro	
Ipiranga .....	Ivaí
Imbituva	
Teixeira Soares	
7 Comarcas	3 Municípios

Dessa forma, acreditamos estar a nossa sugestão, para instalação de mais dezoito JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, no Estado do Paraná, e EXTENSÃO DE JURISDIÇÃO das Juntas de Conciliação e Julgamento de PARANAGUÁ, PONTA GROSSA e UNIÃO DA VITÓRIA, perfeitamente enquadrada dentro do plano da realidade, constituindo-se numa necessidade imperiosa”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A simples criação de Juntas com sedes abrangendo exclusivamente a base territorial do município, onde ela será instalada não será suficiente, ainda mais do Estado do Paraná, onde 80 por cento dos seus municípios aproximadamente, estão distanciados um pelo outro, 10, 15, 8, 6 e até menos quilômetros de distância. Se nós tivéssemos a Jurisdição da Junta de Conciliação, somente na base do município onde ela é instalada, é lógico que as cidades menores, de populações menores, não teriam uma igualdade de condições para que as reclamações ou as divergências surgidas, tivessem um atendimento mais rápido.

E nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste trabalho, que ora apresentamos ao Plenário, além do pedido das Juntas de Conciliação se pede também para que estas mesmas juntas tenham uma extensão de jurisdição nos municípios vizinhos, fazendo com que desta forma, não fique nenhum município do Estado do Paraná - fora da jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento - prevendo desta maneira, um atendimento mais rápido, uma harmonia maior, entre o empregado e o empregador.

Aqui em Curitiba, por exemplo, das quatro juntas existentes, a terceira e a quarta juntas, estas talvez por um volume menor de trabalho, apresentam uma solução mais rápida para as reclamações levadas até elas. Mas, na primeira e na segunda junta, há às vezes, uma demora de noventa ou mais dias, para se marcar a primeira audiência de conciliação de tentativa de conciliação.

Portanto, Sr. Presidente, no Paraná, hoje numa situação tão privilegiada, um Estado que constitui tanto para a Nação, um Estado que a olhos vistos se desenvolve cada vez mais, no campo da industrialização no comércio, há a necessidade urgente da instalação dessas juntas, para que o nosso trabalhador, seja ele do campo ou seja ele da cidade, não venha sofrer cada vez mais, por causa de uma justiça demorada, de uma justiça falha, prejuízos incalculáveis. Pois nós sabemos que, para um trabalhador hoje - inclusive não fomos nós que levantamos um ditado muito popular do meio jurídico, e que os advogados usam exatamente pela falha com que se apresenta a justiça; - “vale mais um mau acordo do que uma boa demanda”. E hoje o nosso trabalhador vive exclusivamente de mau acordo, porque ele não sabe quando ele terá uma solução para uma sentença que ele espera na justiça seja na justiça comum ou seja no ramo da justiça especializada.

Nessas condições, Sr. Presidente, solicitamos a aprovação desse requerimento que mais uma vez esta Casa se manifestará aos Srs. Ministros, da necessidade da implantação de uma justiça mais coerente e mais condizente com as necessidades do Paraná.

Sr. Presidente, era somente isso, agradecemos aos Srs. Deputados a atenção.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da Tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura, para fins de esclarecimentos e exposição das razões determinantes da postergação dos atos complementares ao Estatuto do Magistério. Necessita de apoio.— Os Srs. Deputados que o apoiam permaneçam como estão. Negado o apoio.

O SR. ENÉAS FARIA (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, devo confessar a V. Exa. que não me apercebi exatamente o que colocava V. Exa. à consideração do apoio da Casa.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Regimentalmente, a Presidência havia citado o dispositivo regimental do art. 134 do Regimento Interno § quarto: “serão inscritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a maioria absoluta dos Srs. Deputados, os requerimentos sobre: I — Convocação de Secretário de Estado”.

A Presidência antes de colocar o requerimento de V. Exa. em discussão, regimentalmente, terá de colocá-lo para apoio, desde que V. Exa. não teve o cuidado de solicitar o apoio regimental do requerimento.

A Presidência antes de colocar o requerimento de V. Exa. em discussão, regimentalmente, terá de colocá-lo para apoio, desde que V. Exa. não teve o cuidado de solicitar o apoio regimental do requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, consultaria V. Exa. com respeito ao Regimento Interno. São dois requerimentos que se encontram sobre a Mesa.

Penso que um será votado por ocasião da votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — V. Exa. solicita verificação de votação a Presidência apoiará. Agora, o que a Presidência está fazendo é colocar à apreciação do Plenário para o apoio regimental.

O SR. ENÉAS FARIA — O que entende a Mesa por apoio.

Reza o regimento interno, em todos os seus termos, estabelece que o apoio escrito será de 5 Deputados. Não fixa número para outro tipo de apoio.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência responde a questão de ordem. A Presidência dá conheci-

mento do disposto no § segundo do Art. 124 do Regimento Interno: "Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição, desde logo, rejeitada".

A Presidência, se V. Exa. entende, fará a verificação de votação para o apoio.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem, V. Exa. me permite cogita-se de outro aspecto, Sr. Presidente, o apoio explícito, se faz com a assinatura de 5 Srs. Deputados. Não havendo isto, entende-se que, pelo voto, o apoio de 5 Srs. Deputados conferirá a legitimidade à proposição.

V. Exa. cita um dispositivo constitucional que, data vênua, nada tem a ver com o que V. Exa. está argumentando.

O SR. PRESIDENTE — Diz o artigo 124, § terceiro, do Regimento Interno: "independem de apoio, sendo sempre considerados objetos de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador e as que vierem assinadas por 5 Deputados, pelo menos".

Falta, no requerimento de V. Exa., assinaturas. Mas, a Presidência, democraticamente, permite a V. Exa. acolha as assinaturas.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço a V. Exa. Mas, a prevalecer esse entendimento, parece-me que todos os requerimentos deveriam merecer da Mesa esse mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai responder em duas partes a Questão de Ordem de V. Exa.: a primeira refere-se ao § 4o., do Art. 134, do Regimento Interno: "Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos sobre:

- I convocação de Secretário de Estado;
- II- inserção nos Anais ou no "Diário da Assembléia" de documentos ou publicações Especiais;
- III nomeação de Comissões Especiais;
- IV reunião da Assembléia em Comissão Geral;
- V sessões extraordinárias;
- VI sessões secretas;
- VII quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevenidos no decurso das discussões ou das votações".

V. Exa. observe que a Presidência quer cumprir o Regimento Interno.

Com a acolhida das assinaturas no requerimento de V. Exa., o mesmo será objeto de deliberação, na Ordem do Dia. TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 10/76, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o "LAR DOS VELHINHOS DE UBIRATÁ", na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 08/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que denomina "PONTE APARECIDO BEZERRA GUEDES" a ponte sobre o Rio Ivaí, localidade do Porto Ubá, na estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, com EMENDA SUBSTITUTIVA.— Em votação a Emenda.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Pela Ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Gostaria que V. Exa., generosamente, repetisse o que está colocando em votação, e que não consegui captar.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende (LÉ):  
Em votação a emenda.— APROVADA.  
Em votação o projeto.— APROVADO.

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 129/76, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que concede TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, ao Sr. JOSÉ VICTORINO MONTEIRO JAMES. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, lido da Tribuna, encaminhando indicação nos termos propostos na forma do Art. 130 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa e com fundamento nos Arts. 867 e seguinte Código de Processo Civil, pede o encaminhamento de Constituição e Justiça e, em seguida, a sua tramitação regimental. também a redação do que dispõe o § 4o. do mesmo artigo regimental, encaminha a indicação à douta Comissão de Constituição e Justiça.

Deixa de abrigar o que, ao final requer o Sr. Deputado Enéas Faria, quando pede a Presidência que convoque, extraordinariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, devido à urgência que a impôs, em prazo abreviado, oferecer a sua manifestação. O § 4o. do art. 130 confere à Comissão de Constituição e Justiça o prazo de dez dias para, recebida a indicação, interpor parecer.— ENCAMINHE-SE À DOUTA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando providências para a realização de obras de pavimentação asfáltica, interligando os municípios de Paranacity a Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá e Inajá, ligando-os em consequência à Rodovia PR- 464.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro da Justiça e demais autoridades, solicitando a criação de Juízas de Conciliação e Julgamento em diversos municípios do Estado. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna, solicitando a transcrição na ata dos trabalhos da sessão de hoje, do art. publicado no "Jornal do Brasil", sob o título "A Crise de 1984", na edição de 10 de abril p. passado.— Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura, com a finalidade de expor e esclarecer as razões do não cumprimento do disposto do art. 125, da Lei complementar número 7 e demais itens.— Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

A Presidência anuncia a inscrição de dois Srs. Deputados para falarem em explicações pessoais.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito em explicações pessoais, Sr. Deputado Basílio Zanusso. (PAUSA) Ausente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito em explicações pessoais. (PAUSA). Ausente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 129/76, e marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 15, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 138, 139 e 151/76.  
Levanta-se a sessão.